

INSURGÊNCIAS COLETIVAS E VIVÊNCIAS NO CONTEXTO ACADÊMICO: A EXPERIÊNCIA DE RECONHECIMENTO DE SUJEITOS E SABERES A PARTIR DO COLETIVO NEGRO FUZUÊ

COLLECTIVE INSURGENCES AND EXPERIENCES IN THE ACADEMIC CONTEXT: THE EXPERIENCE OF RECOGNIZING SUBJECTS AND KNOWLEDGE FROM THE NEGRO FUZUÊ COLLECTIVE

Thamires Costa Meirelles dos Santos 1

Tarcísio Conceição Oliveira 2

Luana Silva de Azevedo 3

Resumo: O presente artigo visa dar centralidade as insurgências coletivas e vivências de estudantes negras/os no contexto acadêmico, sendo estes sujeitos fundamentais para a disputa de narrativas na universidade. Produtores de saberes e conhecimentos, com vistas à construção de um projeto que vá contra o eurocentrismo presente na estrutura acadêmica. São analisados aqui os impactos da colonização de negros e indígenas, bem como as tentativas de apagamento de suas tecnologias e resistências. Ancorando-se nas concepções de memória e consciência, problematizar-se-á a ciência universal que contribui para a manutenção e perpetuação do elitismo e racismo acadêmico. A experiência de construção do primeiro Coletivo Negro da UFF de Rio das Ostras nos dá base para evidenciar a elaboração de ações coletivas e antirracistas, que emergiram através do protagonismo desses sujeitos insurgentes. Este trabalho é também fruto de reflexões realizadas no âmbito do NEAB – UFF/ CURO e do Coletivo Negro Fuzuê.

Palavras-chave: Insurgências Coletivas. Universidade. Coletivo Negro. Educação. Antirracismo.

Abstract: The present article aims to give centrality to the collective insurgencies and experiences of black students in the academic context, these being fundamental subjects for the dispute of narratives in the university. Producers of knowledge and knowledge, with a view to building a project that goes against the eurocentrism present in the academic structure. The impacts of the colonization of blacks and indigenous people are analyzed here, as well as attempts to erase their technologies and resistance. Anchoring in the conceptions of memory and conscience, the universal science that contributes to the maintenance and perpetuation of academic elitism and racism will be problematized. The experience of building the first Black Collective of UFF in Rio das Ostras gives us the basis for showing the development of collective and anti-racist actions, which emerged through the protagonism of these insurgent subjects. This work is also the result of reflections carried out within the scope of NEAB - UFF / CURO and Coletivo Negro Fuzuê.

Keywords: Collective Insurgencies. University. Black Collective. Education. Anti-racism.

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em Rio das Ostras. Mestranda bolsista CNPQ no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora e coordenadora, em coordenação colegiada, do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros (NEAB/UFF) em Rio das Ostras. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2933715565757254>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7361-2433>. E-mail: thamiresmrlls@gmail.com

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em Rio das Ostras. Mestrando bolsista CAPES no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Integrante do Coletivo Negro Fuzuê, Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros (NEAB/UFF) em Rio das Ostras e voluntário no Pré-Vestibular Social “Só Cria” – Rocinha (RJ). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4969616502981673>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5105-3730>. E-mail: tarcisiooliveira862@gmail.com

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em Rio das Ostras. Técnica de campo no Projeto de Educação Ambiental “Territórios do Petróleo”, integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros (NEAB/UFF) em Rio das Ostras e pesquisadora no Projeto de Pesquisa e Extensão “Saberes Populares do Campo no Enfrentamento da Covid-19” (UFF). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1929264193784205>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4679-4788>. E-mail: luanasilvadeazevedo@gmail.com

Introdução

A universidade é o cerne da produção de conhecimento nas sociedades ocidentalizadas. Em uma sociedade multiétnica e pluricultural como a brasileira (SILVA, 2003) cuja formação sócio-histórica foi marcada por um processo de colonização, o qual massacrou e escravizou negros e indígenas por aproximadamente 400 anos, as universidades e outras instituições sociais são germinadas a partir deste solo, refletindo também os impactos produzidos pelo apagamento cultural e intelectual dessas populações (GONÇALVES; AMBAR, 2015).

Na perspectiva apresentada por Clóvis Moura (1993) se é sinalizada a necessidade de aprofundarmos os estudos no período da escravização, onde afirma encontrar-se as bases de formação da sociedade moderna brasileira. Dentre os vários níveis de alienação e dominação produzidos pelo modelo escravista, a produção do conhecimento foi um dos instrumentos centrais utilizados para dominar o “outro” (BALLESTRIN, 2013).

Em diálogo com autores como: Quijano (2005), Gonzalez (2018)¹ e Moura (1993), debateremos o eurocentrismo como lógica fundamental na construção da colonialidade do saber (QUIJANO, 2005) – hegemônica nos espaços acadêmicos. Apontaremos também como esses espaços são compostos majoritariamente por pessoas brancas, as quais reproduzem os padrões de conhecimentos balizados no “ser universal”, negando-se a reconhecer a heterogeneidade da população brasileira e, em especial, das classes trabalhadoras, as quais através da Política de Cotas Raciais (Lei nº 12.711/2012) passaram a ter maior inserção no contexto universitário.

É importante não perder de vista que houve uma processualidade em termos de luta e reivindicações, protagonizadas pelos movimentos sociais e populares (especialmente os Movimentos Negros) que culminou na conquista das Políticas de Ações Afirmativas. Apesar do nível superior avançar no âmbito das ações afirmativas com a política de cotas (integrando estudantes oriundos de escolas públicas, negros (as), indígenas e quilombolas), problematizaremos o quanto esse acesso precisa dar um salto qualitativo rumo à incorporação do conjunto de saberes produzido por esses sujeitos, validando e valorizando suas histórias, memórias, conhecimentos e técnicas.

Neste sentido, reafirmamos que a luta pela construção de um projeto de universidade que expresse a sociedade multiétnica e pluricultural brasileira, tem sido uma pauta histórica dos Movimentos Negros – através de diferentes frentes de articulação e elaboração de estratégias pela garantia do acesso à educação por parte da população negra e trabalhadora no Brasil. Este movimento também apontou a direção para a reelaboração dos currículos acadêmicos em uma perspectiva que contemple os saberes populares, quilombolas e indígenas, compreendendo que quando os sujeitos que têm suas narrativas ocultadas pelo padrão civilizatório colonial inserem-se no ensino superior via política de cotas, deparam-se com um espaço muito pouco representativo, hostil e que na maioria das vezes reafirma o “não lugar” ocupado por esses mesmos sujeitos na sociedade (GONÇALVES; AMBAR, 2015).

Por outro lado, nota-se que é deste solo de tensionamentos das estruturas eurocêtricas e racistas que compõem o contexto acadêmico que emergem novos sujeitos coletivos, inaugurando novos começos e sendo fundamentais para a disputa de narrativas no interior das universidades. Com isso estabelece-se uma postura reivindicatória, não apenas por reconhecimento, como também por representatividade, a qual se exige a revisão de currículos e a superação de epistemologias eurocêtricas, propondo também rotas alternativas de escrita, de vivências e de organização política.

Neste sentido, a construção de uma nova narrativa surge como forma de resistir e ocupar um espaço historicamente negado, sendo fundamental a articulação coletiva desses sujeitos. Os coletivos negros universitários originam desse contexto de reivindicações e além decumprirem um papel central na organização de demandas por permanência estudantil, po-

1 O artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira” é original de 1984, entretanto, utilizamos uma de suas versões mais recentes que se encontra no livro “Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa” (2018). Esse livro foi fundamental para difundir o pensamento e o legado conceitual da autora a partir de uma coletânea de textos produzidos por ela, os quais ainda não haviam sido publicados por nenhuma editora. A União dos Coletivos Panafricanistas (UCPA) foi a grande responsável por organizar essa edição, juntamente com os familiares, amigos e biógrafos de Lélia Gonzalez.

tencializam e fortalecem as redes negras no contexto universitário. Com isso, fundam-se nas universidades formas contemporâneas de organização e enfrentamento político, capazes de colocar as resistências negras em movimento, além de configurar-se como espaços de reconhecimento racial, acolhimento e protagonismo (GUIMARÃES; RIOS; SOTERO; 2020).

A criação do Coletivo Negro Fuzuê, em 2018 –primeiro coletivo negro da Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras –bem como o desenvolvimento de ações antirracistas de encontros, rodas de conversa, grupos de estudos, seminários temáticos, entre outros, possibilitaram importantes reflexões sobre a forma como os sujeitos negros existem e resistem no ambiente acadêmico. É desse escopo que partem nossas reflexões seguintes, as quais tem por objetivo construir uma contra-narrativa a partir da experiência de quem a vive, a fim de ressaltar a importância das organizações coletivas para a afirmação de identidades, sujeitos e saberes no contexto acadêmico.

O tensionamento do eurocentrismo e racismo acadêmico frente a insurgência de novos sujeitos coletivos

A universidade é considerada o *lócus* do conhecimento científico que coloca as intelectualidades em movimento (SILVA, 2003). Partindo deste pressuposto, interessa-nos investigar as bases reais que a constitui, sem menosprezarmos o impacto da colonização de negros e indígenas para o campo da produção de conhecimento e para o silenciamento de existências, saberes e tecnologias afro-diaspóricas. Em uma sociedade marcada por quase 400 anos de escravização e com expressões latentes desse passado recente, se faz necessário compreender sua formação sócio-histórica a fim de desvelar as contradições postas ao tempo presente.

Tendo em vista que o processo de escravização foi um dos episódios mais desumanizantes que já ocorreu na história da humanidade, o qual criou nomeou o “negro” e o “índio” como o outro da história moderna, a funcionalidade da produção do conhecimento no exercício de dominação sobre este “outro” (BALLESTRIN, 2013, p. 92). No caso brasileiro, a constituição das universidades bem como de outras instituições sociais, ocorre assentada no legado escravagista (GONÇALVES; AMBAR, 2015) apropriando-se de um violento processo de negação e apagamento dos sujeitos e de seus saberes, inclusive tratando-os como “objetos” e “problemas” também nesses contextos (RAMOS, 1995).

Silvio Almeida (2018) ao caracterizar o racismo estrutural como fenômeno fundamental para a exploração capitalista, especialmente em sociedades que foram escravizadas, considera que a ciência também exerce o papel de produção da racionalidade baseada em concepções racistas, além disso, as instituições sociais, a lógica operacionalizada pelo Estado e as relações sociais como um todo ocorrem e elaboram princípios de exclusão sistêmicos para os (as) negros (as) e indígenas. Em se tratando das universidades e do campo da produção de conhecimento, é importante ressaltar que essas esferas veiculam e reproduzem práticas e ideias racistas, inclusive por meio de sua ampla naturalização.

O eurocentrismo como lógica fundamental para a produção da colonialidade do saber (QUIJANO, 2005) aparece com notória centralidade, reafirmando o elitismo e o racismo acadêmico. Logo, as universidades constituíram e consolidaram-se como espaços institucionais hegemonicamente brancos e não vislumbraram a necessidade de promover reparação histórica. Não à toa, “foi justamente desse ambiente segregado que saíram todas as teorias que negam a existência de segregação racial no Brasil” (CARVALHO, 2006, p. 91 *apud* GONÇALVES; AMBAR, 2015 p. 206).

De acordo com Petronilha Silva (2003) a universidade enquanto espaço intelectual, científico, educativo e político, não poderá continuar sustentando-se por muito tempo enquanto se mantiver distante e desinteressada das questões que dizem respeito aos direitos humanos, aos diálogos entre culturas, e aos direitos dos povos. A denúncia feita pela autora encontra eco na crítica de outras (os) intelectuais e militantes negras (os) os quais ao longo da história, e na contemporaneidade, inauguraram novas narrativas com vistas a construção de um espaço de formação intelectual-crítica que não reproduza violências históricas, tampouco continue a produzir conhecimentos míopes aos saberes populares, as vivências e resistências de negros

(as), quilombolas e indígenas.

A considerar essas denúncias históricas, a intelectual e feminista negra, Lélia Gonzalez (2018), foi pioneira em desvelar as contradições presentes na ciência dita “universal” e na “consciência” construída a partir do legado escravista, as quais foram legitimadas em detrimento da memória histórica que comporta os sujeitos insurgentes. Engajada em desfazer as rotas tradicionais do pensamento social brasileiro, Gonzalez propôs diálogos transversais entre a universidade e os sujeitos historicamente invisibilizados, atentando para o fato da consciência escravista excluir da História Oficial o patrimônio de saberes oriundos da diáspora africana e das etnias indígenas.

Ao desafiar o falocentrismo acadêmico da redoma de homens brancos que a cercava, esta intelectual tensionou os espaços de discussão e expôs machismo e o racismo institucional que se faziam extremamente presentes no contexto universitário da época. Assim, trouxe ao debate universitário a importância em reconhecer as resistências históricas protagonizadas pela maioria silenciada, demonstrando também que a partir disso criam-se as possibilidades de romper efetivamente com uma história única.

Lélia Gonzalez (2018, p. 194) aprofundou sua reflexão sobre a dialética entre consciência e memória, partindo do pressuposto de que a memória é histórica e comporta a história que a consciência eurocêntrica esconde. Em outras palavras: a memória é capaz de trazer à tona aquilo que o ocidente nomeou como “recalque histórico”. Deste modo, a “consciência” que parte da perspectiva eurocêntrica manifestando-se na cultura brasileira, encobre, oculta e aliena a memória da diáspora ameríndia e africana, tornando o apagamento histórico uma ferramenta estratégica para a difusão da “universalidade” como conhecimento “neutro”. Por outro lado, a memória contrapõe a História Oficial e a consciência dita “universal” emergindo através de histórias não contadas nos livros, dos saberes populares, dos sujeitos e de suas vivências concretas.

Um aspecto importante para compreender as determinações da particularidade brasileira foi também apresentado por Clóvis Moura (1993), o autor considerou o mito da democracia racial como um braço do racismo no Brasil, o qual ao se engendrar na nossa sociedade configurou-se como uma arma ideológica de dominação. Em consonância com esse apontamento, Lélia Gonzalez (2018, p. 196) também lançou seu olhar crítico sobre essa sintomática colonial presente na formação sócio-cultural do país, evidenciando que “como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além do que mostra”, forjando a ideia de meritocracia e constituindo o que a referida autora nomeia como “neurose cultural brasileira”².

O sintoma de “esquecimento histórico” provocado pelo racismo, revela o estratégico ocultamento pelo qual se ergueu e se pode garantir os privilégios da branquitude intelectual no Brasil, a qual durante muitos anos insistiu no tratamento de negros (as) e indígenas como domesticáveis, infantes, passivos e objetos de estudos (GONZALEZ, 2018). Cabe ressaltar que a crítica à notória recusa em reconhecer os sujeitos e incorporar suas contribuições por parte do pensamento social brasileiro, das universidades e dos movimentos sociais, ganhou sua tônica em função da retomada político-ideológica dos Movimentos Negros – de onde saltaram as experiências coletivas de organização, denúncia ao racismo, resistências cotidianas, enfrentamento e luta³.

Lélia Gonzalez só conseguiu perceber essas contradições internas e propor novas latitudes teóricas e de prática política – através de diálogos transversais entre a universidade e os saberes historicamente invisibilizados – a partir de seu ativismo junto aos movimentos sociais no Brasil e em vários outros países, particularmente no Movimento Negro Unificado (MNU)⁴,

² Acerca da “neurose cultural brasileira”, ver Gonzalez (2018, p. 200).

³ O final da década de 1970 no Brasil foi marcado pelo contexto de redemocratização do país, tendo a Ditadura Militar apresentado seus notórios sinais de esgotamento abriu-se também as vias para a retomada política e ideológica dos setores democráticos e populares, dentre os quais destaca-se o papel fundamental dos Movimentos Negros.

⁴ O Movimento Negro Unificado (MNU) foi fundado em 1978, por entidades, representantes e lideranças negras brasileiras. Diante da intensa repressão, inúmeros casos de racismo e genocídio da população negra durante a Ditadura Militar, os Movimentos Negros no Brasil decidiram pela criação de uma frente de caráter unificado, cuja denúncia aos mecanismos de opressão e a construção de estratégias coletivas de resistência constituíram-

movimento de mulheres e nos movimentos populares. A autora também atribuiu à sua participação em diferentes encontros internacionais, militância política no MNU e à sua atuação como membra/co-fundadora do Grêmio Recreativo de Arte Negra e da Escola de Samba Quilombo⁵, como experiências coletivas que propiciaram elementos importantes para a construção de suas análises (GONZALEZ, 2018).

Foi também a partir da efervescência dos Movimentos Negros, especificamente da III Conferência de Durban (2001)⁶, que a conquista pela implementação da Lei de Políticas de Cotas (Lei nº 12.711/2012) constituiu-se como uma medida compensatória do Estado, diante dos privilégios sociais da parcela branca da população e das desigualdades em relação ao acesso ao ensino superior por parte de negros (as), quilombolas e indígenas. O ingresso desses estudantes nas universidades brasileiras além de positivar suas experiências individuais e coletivas, significou uma virada histórica em suas trajetórias pessoais e familiares, reverberando também em mudanças potenciais na própria organicidade e dinâmica institucional (MUNANGA, 2003).

No entanto, se por um lado a implementação da política de cotas raciais nas universidades brasileiras representou um avanço no debate étnico-racial e assegurou acesso à educação superior para negros (as), indígenas e quilombolas, por outro, ainda apresenta desafios contemporâneos e limites em reconhecer a inserção desses sujeitos para além das formalidades institucionais. Por este motivo, faz-se necessário a oferta de condições de permanência efetivas e a incorporação de uma abordagem plural, diversa e antirracista, a qual se proponha a dialogar com os mais diferentes contextos dos quais partem os estudantes, possibilitando também um processo de formação acolhedor, menos adoecedor, no qual não se hierarquize saberes e que seja pautado nas interseccionalidades das diferenças⁷.

Com relação a esses apontamentos, Gonçalves e Ambar (2015) salientam que o investimento em políticas de assistência estudantil é fundamental para permanência dos estudantes nas universidades, possibilitando que esses concluam com qualidade o curso no qual ingressaram, satisfazendo também suas necessidades objetivas e subjetivas ao considerar não só questões de ordem econômica, mas também as estruturas sociais que fazem com que sejam tratados de forma desigual. Neste mesmo direcionamento, a autora Petronilha Silva (2003, p. 48) destaca que “iniciativas acadêmicas que admitem e reconhecem a diversidade social, cultural e étnico-racial afetam positivamente tanto as minorias quanto as majorias nos *campi*”.

É deste solo profícuo de tensionamentos das estruturas eurocêntricas e racistas que emergem novos sujeitos coletivos, unindo vozes, intelectualidades e corporeidades fundamentais para a disputa de narrativas dentro das universidades. A partir de uma postura reivindicatória incluiu-se na agenda estudantil a denúncia ao racismo, a afirmação de existências e saberes, validação teórica, representatividade e revisão curricular, com isso aponta-se também para a construção de contra-epistemologias – aspecto central na luta pela superação de antigos padrões de conhecimentos que ainda se mantêm hegemônicos no ambiente acadêmico.

A partir dos coletivos negros universitários surgem formas de mobilização e organização contemporâneas que se dinamizam a partir de uma tradição já consolidada pelos Movimentos Negros e pelo feminismo negro, as quais foram replicadas no contexto acadêmico, nos espaços formativos mais tradicionais e nas redes sociais. Cabe destacar que nas universidades brasileiras, desde a primeira década do século XXI, foram intensificadas as políticas que resultaram na maior presença de pesquisadores e realização de pesquisas no campo das relações étnico-raciais, além da criação de coletivos universitários negros, do fortalecimento e consolidação dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros/NEAB's (GUIMARAES; RIOS; SOTEIRO, 2020).

se como seus objetivos principais. Dentre as importantes personalidades políticas, intelectuais e anônimas que contribuíram para a fundação do MNU, Lélia Gonzalez destaca-se por ter sido uma de suas expoentes principais.

5 Ambos considerados como “entidades culturais de massa”, também mencionados por Gonzalez (2018, p. 192) como Centro de Artes e Cultura Negra.

6 III Conferência contra o racismo, a xenofobia e as intolerâncias aconteceu em Durban – África do Sul (2001). A partir de então, o governo brasileiro se comprometeu a estabelecer políticas de ações afirmativas objetivando reduzir a desigualdade racial existente no país.

7 O termo “interseccionalidades das diferenças” é empregado nessa reflexão com a perspectiva de demonstrar a pluralidade de gênero, raça, classe, territorialidade, sexualidades e corporeidades que compõem não só o ambiente acadêmico como a vida em sociedade.

A experiência oriunda da vivência da negritude potencializa a formação e a dinâmica acadêmica, uma vez que, os saberes e as trajetórias que comportam sujeitos são elementos riquíssimos para o processo de formação e aprendizado, bem como para a produção de conhecimento, possibilitando a transversalidade do debate étnico-racial no ensino, na pesquisa, na extensão e na experiência vivida dentro e fora *docampus*. Os coletivos negros cumprem um papel fundamental para recepção e acolhimento de estudantes cotistas, desenvolvendo ações que dão ênfase à formação política e a consciência racial, se constituindo como um espaço de reconhecimento, representatividade e protagonismo.

Como notado por Guimaraes, Rios e Sotero (2020, p. 314), com a criação e fundação dos coletivos negros “os estudantes visam criar um espaço próprio, onde possam construir e exercer algumas das múltiplas formas de representar as identidades negras”. Deste modo, constroem coletivamente reivindicações específicas, em particular contra as discriminações percebidas no sistema universitário e em favor de um currículo que contemple as experiências negras.

Deste modo, há de se convir que a experiência de aquilombamento⁸ vivida no interior dos coletivos negros se circunscreve como uma forma de resistência contemporânea que traz à tona as memórias ancestrais da diáspora africana e se traduz como uma nova forma de organização política-cultural – pondo em movimento as intelectualidades e potencialidades negras. Sendo este um espaço de partilhas, afetos e construção de estratégias de enfrentamento tendo como pauta central as demandas desses estudantes, os coletivos negros representam uma possibilidade efetiva de tensionamento político frente as estruturas academicistas, as quais durante anos insistiram em menosprezar a pluralidade ao manter a hegemonia do pensamento à disposição dos neocolonizadores acadêmicos.

O Fuzuê nas estruturas acadêmicas: a construção de ações coletivas e antirracistas como forma de enfrentamento

Frente ao resgate construído até aqui, é fundamental situarmos e materializarmos estes sujeitos, produtores de conhecimento e ações nas universidades – e para além delas, que enfrentam diariamente o racismo acadêmico e em contrapartida, constroem processos contestatórios, de denúncias e enfrentamentos. Nilma Lino Gomes (2017, p. 23) afirma que os Movimentos Negros, no plural, são fundamentais para estes processos, pois “entende-se como Movimento Negro as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo”.

A *V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação, da Andifes – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior*⁹, nos apresenta caminhos para pensarmos nestes sujeitos que estão compondo os Movimentos Negros dentro das universidades. Há um número predominante e expressivo de mulheres negras e de pessoas LGBT⁺.

Corpos historicamente estigmatizados e subalternizados (re)afirmando que a universidade, dentro do modelo atual desta sociabilidade, não os contempla visto que está ancorada em uma sociedade que desumaniza, violenta e encarcera seus corpos. Por isso, o contraponto e enfrentamento se fazem tão necessário e urgente, uma vez que nesse mesmo espaço encontramos disputas de narrativas e uma intensificação, após as eleições de 2018, do fascismo, bolsonarismo (RIBEIRO, 2020) e demais opressões.

Ainda neste documento organizado pela Andifes, nota-se que: as IFES com maior nú-

8 A ideia de “aquilombamento” ou “quilombismo” – também apresentado por Abdias do Nascimento (1980), perpassa pela compreensão de continuidade histórica dos saberes, das tecnologias, dos conhecimentos e da cultura legada pelas etnias africanas. Os quilombos como territórios que aglutinam uma experiência alternativa e fundamentalmente negra, são expressões concretas das resistências forjadas na diáspora. Além disso de maneira simbólica e ancestral inspirou (e inspira) organizações negras na contemporaneidade e ao longo da história.

9 Pesquisa que envolveu 63 Universidades e 2 CEFETs – MG e RJ. O período da coleta de dados foi de fevereiro a junho de 2018, sendo a mesma levantada via internet. Utilizou-se também, em alguns cenários, como forma de comparação, os dados do PNAD/IBGE. Documento disponível na íntegra em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-dos-Estudantes-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-das-Universidades-Federais-1.pdf>. Acesso em 03 de abr. 2021.

mero de estudantes são as universidades federais do Pará (UFPA), Rio de Janeiro (UFRJ) e Fluminense (UFF), cada qual com mais de 47 mil estudantes de graduação presenciais ativos. No que diz respeito à UFF de Rio das Ostras¹⁰, de acordo com as particularidades da região sudeste destacado nesse mesmo material, derivada do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) do MEC, algumas ressalvas devem ser feitas e analisadas por estar localizada no interior do estado do Rio de Janeiro.

As contrarreformas apresentadas desde 2016, após o golpe¹¹ (JINKINGS; DORIA; CLETO, 2016) indicavam um breve panorama de como as investidas contra as universidades seriam mais intensas e incidiriam, sobretudo, contra os auxílios estudantis, afetando diretamente as pessoas negras. Ao mesmo tempo em que observamos uma entrada significativa de estudantes negros (as) nas universidades pela política de cotas, temos também uma precarização e sucateamento do ensino diante da mercantilização das políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

O Coletivo Negro Fuzuê nasce na UFF em Rio das Ostras, oriundo de uma conjuntura política¹² efervescente muito importante, onde a evasão de estudantes negros (as) estava sendo presenciada e sentida na pele. As agitações começam a ganhar densidade e concretude a partir da inserção de estudantes do curso de Serviço Social no projeto de extensão “*Questões étnico-raciais e vivências em cultura afro-brasileira*”¹³, no ano de 2018.

A articulação com outros projetos de extensão, que compartilham da mesma temática – questão étnico-racial, educação popular, movimentos sociais, entre outros – continuam sendo de extrema importância para impulsionar as atividades desenvolvidas no âmbito acadêmico, bem como as articulações do NEAB UFF/CURO com outras universidades e NEAB’s, como por exemplo: a UFF e UFRJ *campi* Macaé e a UENF na cidade de Campos dos Goytacazes. Nilma Lino Gomes (2009, p. 198) destaca que “os NEAB’s também são compostos em sua maioria por intelectuais negros [...] esses intelectuais são aqueles que se dedicam, preocupam-se e/ou tornam-se responsáveis pela permanência dos jovens negros cotistas”.

No final de 2018, o Coletivo Negro Fuzuê realizou a primeira reunião para sua construção coletiva, contando com pelo menos um estudante de cada curso já mencionado anteriormente. Esse processo ocorreu de forma orgânica e consensual. O questionamento da falta e anseio de um espaço protagonizado por estudantes negras e negros foi visível em todas as falas, assim como o “não saber por onde começar” a construção e articulação de um movimento social¹⁴.

O movimento de escolha para o nome do coletivo partiu de uma crítica antirracista, haja vista que o termo “fuzuê” era utilizado como forma de estigmatizar a população negra, atrelando-se a bagunça ou algo que gera um determinado incômodo social. Juntamente a isto contribuiu para a disseminação do estereótipo do negro como um indivíduo violento, animalizado e raivoso (NASCIMENTO, 2017). A partir disso, ressignificamos¹⁵ o nome com um viés políti-

10 Rio das Ostras é um município brasileiro das Baixadas Litorâneas, no estado do Rio de Janeiro. Localiza-se no litoral norte do estado. No campus da UFF de Rio das Ostras é ofertado 6 cursos de graduação, sendo os seguintes: Serviço Social, Psicologia, Enfermagem, Produção Cultural, Engenharia de Produção e Ciência da Computação.

11 Que culminou no impeachment da ex-presidenta da República Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores – PT.

12 Com as incidências e ataques neoliberais do governo Temer, por meio do projeto “Ponte para o Futuro”, destaca-se a Emenda Constitucional n.º 95, também conhecida como a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos, que alterou a Constituição Brasileira de 1988 para instituir o Novo Regime Fiscal, impondo uma limitação ao crescimento das despesas do governo brasileiro durante 20 anos. Posteriormente, em 2018, temos a eleição do atual Presidente da República do Brasil, que dá continuidade a medidas de austeridade – nos mais diversos âmbitos, reafirmando o fascismo e o reacionarismo.

13 Este projeto, vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros da UFF de Rio das Ostras – NEAB UFF/CURO, fruto do tripé ensino, pesquisa e extensão tem como proposições: realizar vivências em Comunidades Quilombolas do estado do Rio de Janeiro; promover estudos da questão étnico-racial no Brasil e cultura afro-brasileira e organização da Semana de Cultura Afro-Brasileira em novembro de cada ano – evento que ocorre desde 2011.

14 Informações oriundas das atas registradas em cada reunião/encontro do coletivo, compondo o acervo de acesso limitado do Fuzuê. A ata referente a este fragmento é do dia 03 de setembro de 2018, com cerca de 20 pessoas negras presentes – estudantes dos cursos da UFF de Rio das Ostras, como também moradores da própria cidade.

15 Empregamos a palavra “ressignificamos”, no plural e como sujeito ativo, uma vez que a escrita deste Relato de

co, sendo assim, Fuzuê passa a ser sinônimo de reivindicação e enunciação de novos começos, propondo um direto tensionamento e modificação radical na estrutura acadêmica, com vistas à potencialização das vozes, intelectualidades e corpos pretos.

Um dos exemplos de organização do coletivo foi em relação ao restaurante universitário (RU) e a ocupação da UFF de Rio das Ostras¹⁶ e da reitoria em Niterói, exigindo que as políticas estudantis de permanência fossem efetivamente implementadas e denunciando as que sofreram forte precarização. Todo este movimento com a centralidade em apontar as incidências dessas medidas para com as/os estudantes negras/os. Nessa ocupação, o Coletivo Negro Fuzuê realizou algumas atividades, tais como: oficinas, cine debate e rodas de conversa¹⁷.

Em paralelo a isto, é importante destacarmos a VI Semana de Cultura Afro-Brasileira de 2018¹⁸ que aconteceu em novembro, tendo como tema “130 Anos da Lei Áurea: Uma crítica”. Evento organizado pelo NEAB UFF/CURO, com integrantes do Coletivo Negro Fuzuê compondo a comissão organizadora. É oportuno mencionar a importância desse evento para o campus para a população local, apresentando-nos um movimento de articulação riquíssimo para a promoção do debate étnico-racial e para o reconhecimento dos saberes populares dentro do ambiente acadêmico. Como tema central, foi questionado durante a Semana Afro o movimento de abolição da escravatura e a dita “liberdade” com a carta de alforria da princesa Isabel – por meio de oficinas, mesas de debates, apresentações culturais e artísticas, entre outros.

A ida ao Quilombo da Machadinha - Quissamã/RJ, que aconteceu em meados de 2019, foi um dos momentos mais significativos no processo de consolidação do Coletivo Negro Fuzuê, contribuindo positivamente para o fortalecimento da experiência da negritude para fora dos muros acadêmicos. Entendendo este espaço como um território contra-colonial (SANTOS, 2015), onde as resistências históricas são cotidianamente construídas por intermédio da memória ancestral, o encontro configurou-se como um acontecimento pelo qual movimentou-se as potencialidades e intelectualidades negras. Cabe ressaltar que esta atividade foi organizada pelo projeto de extensão mencionado anteriormente e pelo Coletivo Negro Fuzuê, se constituindo como ponte fundamental para a transversalidade entre o conhecimento produzido pela universidade e os saberes populares e quilombolas.

No final de 2019, o Fuzuê realizou um evento intitulado “Enegrecendo a UFF”, no qual discutimos a importância do “Novembro Negro”¹⁹ e para além disso, a adoção de práticas antirracistas durante todo o ano; discutimos o racismo no judiciário e a seletividade penal; a mulher negra na contemporaneidade e o uso da estética como forma de resistência. Todo este movimento articulado com outros coletivos da cidade de Rio das Ostras – Coletivo Vista a Minha Pele e Coletivo Paradoxo – e instâncias representativas – como a OAB. Finalizamos as atividades com o desfile afro, marca registrada da Semana Afro, um momento de exaltação da cultura e da estética negra.

A nossa atividade mais recente foi o “Festival Movimentos Negros, Ancestralidades e Contemporaneidades”, realizado na modalidade online, devido a Pandemia da Covid-19, durante os meses de julho e agosto²⁰. Festival organizado com mais seis outros coletivos e instituições do interior do Estado do Rio de Janeiro – Região dos Lagos, Macaé e Rio das Ostras. Este movimento surge como uma forte manifestação ante a crise política e sanitária pelo qual o Brasil está passando e principalmente, pelos atos e protestos do “Vidas Negras Importam”²¹.

Experiência é construída a partir de integrantes e ex-integrantes do Coletivo Negro Fuzuê.

16 Matéria na íntegra disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2018/10/04/estudantes-ocupam-uff-de-rio-das-ostras-para-pedir-restaurante-universitario.ghtml>> Acesso em 03 de abr. 2021.

17 Registros das atividades realizadas na ocupação disponíveis em: <https://www.facebook.com/ocupacuro/?ref=page_internal> Acesso em 03 de abr. 2021.

18 Mais informações disponíveis na página do Facebook Semana de Cultura Afro-Brasileira da UFF Rio das Ostras: <<https://www.facebook.com/semanadeculturaafrobrasileirauffro>> Acesso em 03 de abr. 2021.

19 O “Novembro Negro” significa um mês importante de luta contra o racismo no Brasil. Relembra a morte de Zumbi dos Palmares, bem como a luta de outros sujeitos insurgentes como Dandara, Tereza de Benguela, Luiz Gama, entre outros.

20 Mais informações disponíveis na página do Facebook Semana de Cultura Afro-Brasileira da UFF Rio das Ostras: <https://www.facebook.com/festivalmovnegros/?ref=page_internal> Acesso em 03 de abr. 2021.

21 O “Vidas Negras Importam” se configurou como uma onda de protestos e mobilizações iniciadas nos Estados Unidos durante a Pandemia da Covid-19 em decorrência do violento assassinato de George Floyd, um homem negro que foi morto por um policial branco utilizando o joelho para asfixiar o pescoço da vítima contra o asfalto.

O que podemos notar nessa caminhada tracejada pelas principais atividades do Coletivo Negro Fuzuê são as suas articulações conjuntas e ações coletivas antirracistas, tanto no espaço acadêmico quanto na comunidade. O Fuzuê discute as questões que envolvem a universidade, mas não perde de vista a relação com a comunidade, uma vez que a produção de conhecimento se desenvolve de maneira pluriversal, não restrita unicamente aos muros da academia.

De acordo com Mogobe Ramose (2011, p. 8), “a experiência humana é o chão inescapável para o começo da marcha rumo à sabedoria”. Estas ações materializam movimentos de contestação e enfrentamento, com vistas a evidenciá-los e construir um contraponto ao epistemicídio (CARNEIRO, 2005) no ambiente acadêmico. Tem-se como aliado neste processo os Movimentos Negros nas suas mais diversas frentes, que além de lutar pela manutenção do direito garantido pela Lei nº 10.639/03, lutam também por sua ampla compreensão e efetividade prática, para que “[...] sigamos na luta e construindo a cada dia nossas narrativas, que sejamos protagonistas de nossas próprias histórias e que possamos trazer cada vez mais irmãs e irmãos para somar conosco” (OLIVEIRA, 2019, p. 125).

Figura 1. Abraço em volta a árvore do Baobá no Museu Casa Rosa, Quissamã-RJ²²



Fonte: Acervo restrito do Coletivo Negro Fuzuê.

Considerações Finais

As experiências de mobilização estudantis e comunitárias vivenciadas no Coletivo Negro Fuzuê evidenciam a urgente necessidade do reconhecimento de negros (as) na academia, para além da entrada possibilitada pela implementação das cotas raciais, se fazem necessárias tam-

Este brutal episódio, reverberou em uma série de protestos em diferentes países do mundo, dentre eles o Brasil, que assim como nos EUA possui um longo histórico de genocídio contra a população negra. Não à toa, as diferentes formas de violência também se exacerbaram ante à atual crise sanitária, política e econômica no contexto brasileiro. Ver mais em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/05/31/protestos-por-george-floyd-crescem-nos-eua-rio-tera-manifestacao-neste-domingo-31>> Acesso em 03 de abr. 2021.

²² Conforme salientado no decorrer desta escrita e leitura, a ida ao Quilombo da Machadinha foi uma experiência riquíssima para o Coletivo Negro Fuzuê. Deste modo, é possível notar na logo do coletivo a presença da árvore do Baobá, como forma de eternizar o registro fotográfico apresentado, além de salientar também a ancestralidade e a sua importância para a diáspora africana. Mais informações disponíveis em: <https://instagram.com/coletivonegrofuzue?utm_medium=copy_link> Acesso em 03 de abr. 2021.

bém condições de permanência e incorporação epistêmica do conjunto de saberes advindos das populações negras, quilombolas e indígenas.

Este duplo movimento, no qual se exige o reconhecimento das existências e dos saberes da diáspora africana por parte da academia, também situa estes sujeitos como atores fundamentais no processo de formação e organicidade institucional, além de denunciar os processos de invisibilidade e apagamento sofridos ao longo da história. Há de se convir que as resistências contemporâneas que emergem no contexto universitário, tendo como protagonistas estudantes negros (as), incorpora a tradição dos Movimentos Negros em resistir coletivamente a partir do aquilombamento.

O contínuo desafio posto para as universidades, em um direcionamento que supere a compreensão superficial acerca da inserção e permanência de estudantes negros (as), indígenas e quilombolas, está em efetivamente dialogar com os conhecimentos e as demandas específicas desses sujeitos, para além de ações pontuais ou fragmentadas, sem perder de vista a ruptura concreta com as bases que legitimam a reprodução das diferentes violências históricas nos currículos e no cotidiano acadêmico.

Por fim, destacamos que o Coletivo Negro Fuzuê tem se constituído como um espaço de resistência, organização política e acolhimento dentro da universidade. A vivência coletiva e aquilombada desses estudantes tem sido uma forma de desconstruir estruturas racializadas e eurocentradas nesse contexto, representando aos corpos negros a possibilidade de experimentar a vivência acadêmica de forma menos solitária e de não desistirem de suas formações profissionais.

Referências

ALMEIDA, S. **O que é: Racismo estrutural?** Belo Horizonte: Grupo Letramento, 2018.

BRASIL. **Lei nº12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais do ensino técnico do nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 de ago. 2012. Seção 1, p.1.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, n. 11, p. 89-117, 2013.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2006.

CARNEIRO, S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** Orientadora: Profª. Drª. Roseli Fischmann. 2005. 339 p. Tese (Doutorado em Educação junto à Área Filosofia da Educação) - Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 2005.

GOMES, N. Para além das bolsas acadêmicas: Ações afirmativas e o desafio da permanência dos(as) jovens negros(as) na universidade pública. In. **Ações afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban.** Organização: Valter Roberto Silvério e Sabrina Moehlecke. São Carlos: Ed. UFSCar, 2009.

GOMES, N. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** São Paulo: Editora Vozes, 2017.

GONÇALVES, R.; AMBAR, G. A questão racial, a universidade e a (in)consciência negra. **Revista Lutas Sociais**, nº 34, jan/jun. 2015.

GONZALEZ, L. Sexismo e racismo da cultura Brasileira. In: **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa.** Diáspora Africana, 2018.

GUIMARAES, A.; RIOS, F.; SOTERO, E. Coletivos Negros e novas identidades raciais. **Dossiê Raça, Desigualdades e Políticas de Inclusão**, São Paulo, v. 39, ed. 02, p. 309-327, maio/agosto 2020. DOI [http://dx.doi.org / 10.25091/ s01013300202000020004](http://dx.doi.org/10.25091/s01013300202000020004). Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/v39n2/1980-5403-nec-39-02-309.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2021.

JINKINGS, I.; DORIA, k.; CLETO, M. **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MOURA, C. **Quilombos: resistência ao escravismo**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

MUNANGA, K. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. *In*: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVERIO, Valter Roberto (Org.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

NASCIMENTO, A. **O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NASCIMENTO, A. **O quilombismo**. Editora Vozes, Petrópolis, 1980.

OLIVEIRA, T. **Ensaio sobre a inserção do debate étnico-racial no ambiente acadêmico: Campus universitário da UFF de Rio das Ostras**. Orientador: Prof. Dr. João Claudino Tavares. 2019. 153 p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal Fluminense, 2019.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RAMOS, G. **Introdução Crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RAMOSE, M. Sobre a legitimidade e o estudo da filosofia africana. Tradução Dirce Eleonora NigoSolis, Rafael Medina Lopes e Roberta Ribeiro Cassiano. *In*: **Ensaio Filosófico**, Volume IV, outubro de 2011.

RIBEIRO, G. Entre armas e púlpitos: a necropolítica do bolsonarismo. **Revista Continentes**, [S.l.], n. 16, p. 463-485, jun. 2020. ISSN 2317-8825. Disponível em: <http://revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/288>. Acesso em: 28 mar. 2021.

SILVA, P. Negros na Universidade e produção de conhecimento. *In*: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVERIO, Valter Roberto (Org.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

SANTOS, A. **Colonização, Quilombos: modos e significados**. Brasília: 2015.

Recebido em: 23 de abril de 2021.

Aceito em: 13 de dezembro de 2021.